

## A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

### Dilma Zárte Pereira

Graduada em Serviço Social.

<https://orcid.org/0000-0003-4927-9711>

E-mail: [dgdilma@hotmail.com](mailto:dgdilma@hotmail.com)

### Geni Maria Pessatto da Silva

Graduada em Geografia - Mestre em Educação – Orientadora.

<https://orcid.org/0009-0000-1659-1560>

E-mail: [genimpsilva@hotmail.com](mailto:genimpsilva@hotmail.com)

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2-22>

**RESUMO:** O Artigo analisa os aspectos fundamentais da Profissão de Serviço Social e o seu apogeu. Descrevendo brevemente seu surgimento histórico, como nasceu os primeiros cursos de e escolas no Brasil e no mundo de serviço social A burguesia e a exploração da força de trabalho. O surgimento do Serviço Social no Brasil por ações assistenciais, representadas pela Associação das Senhoras Brasileiras, como também, de Ações Sociais da igreja católica O movimento de 1930, surge como uma resposta dos grupos dominantes, concentrado a questão social. Observa ainda, que uma das principais bases do modo de produção capitalista é a exploração do homem em relação a sua força de trabalho, o que revela, desde o início, a luta de classes, e as reivindicações do operariado por melhores condições de vida. A questão social passa a ser tratada como uma relação auxiliar entre o capital e o trabalho inserida na divisão social, entre a burguesia e o proletariado, tendo como objetivo inserir as pessoas na sociedade e mostrar a eles seus direitos e deveres. O projeto ético-político da profissão de assistente social explicitado em documentos e a ligação do Serviço Social com as políticas públicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Assistente Social. Políticas Públicas. Competências. Questão Social.

### THE PROFESSIONAL PERFORMANCE OF THE SOCIAL WORKER IN PUBLIC POLICIES

**ABSTRACT:** The Article analyzes the fundamental aspects of the Social Service Profession and its apogee. Briefly describing its historical emergence, how the first courses and schools were born in Brazil and in the world of social work. The bourgeoisie and the exploitation of the workforce. The emergence of Social Service in Brazil through assistance actions, represented by the Association of Brazilian Ladies, as well as Social Actions of the Catholic Church. The 1930 movement emerged as a response from dominant groups, focusing on the social issue. It also notes that one of the main bases of the capitalist mode of production is the exploitation of man in relation to his labor force, which reveals, from the beginning, the class struggle and the workers' demands for better living conditions. The social issue starts to be treated as an auxiliary relationship between capital and labor inserted in the social division, between the bourgeoisie and the proletariat, with the objective of inserting people into society and showing them their rights and duties. The ethical-political project of the profession of social work explained

in documents and the connection between Social Work and public policies.

**KEYWORDS:** Social Worker. Public Policies. Skills. Social Issue.

## INTRODUÇÃO

O Presente artigo tem, no seu argumento geral uma análise e reflexão sobre o surgimento do profissional de Assistência Social, destacando alguns dos desafios profissionais enfrentados, relacionados a natureza teórica e prática do Serviço Social na atualidade. Tal reflexão tem como objetivo a construção histórica da profissão na divisão social do trabalho, analisando a questão social, a questão da produção e manutenção das desigualdades sociais em atendimento aos interesses burgueses.

Serão abordadas Instituições que servirão de base para as primeiras Escolas de Serviço Social, discutindo o Capitalismo na Contemporaneidade, e seu processo de acumulação. A análise será desenvolvida através de coleta de dados por meio de pesquisas bibliográficas.

No desenvolvimento do estudo observa-se a institucionalização do Serviço Social como uma profissão que, a serviço do capital ajuda o proletariado a sobreviverem neste sistema onde cada sujeito vale segundo sua produção. Portanto, assim surge os desafios da prática profissional referentes ao serviço social que tem seu sentido na sociedade capitalista mais especificamente na passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo monopolista.

O surgimento do Serviço Social no Brasil, se faz necessário, devido ao agravamento da questão social; que está diretamente ligada ao acúmulo do capital, a exploração da força de trabalho e as reivindicações dos trabalhadores, havendo assim, a necessidade da intervenção do Estado para manter a paz social, necessária ao desenvolvimento do capital.

## A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

### SURGIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL

O serviço social teve início com a revolução industrial que aconteceram na Europa nos séculos XVIII e XIX. Foi um conjunto de mudanças onde a principal particularidade

dessa revolução foi a substituição do trabalho artesanal pelo assalariado. Nesse período a maioria da população européia vivia no campo e produzia o que consumia. De maneira artesanal o produtor dominava todo o processo produtivo.

O desenvolvimento industrial fez com que muitas pessoas saíssem das lavouras para ir trabalhar na cidade, surgindo assim muitos conflitos, que foram causados pelas condições subumanas que essas pessoas passaram a enfrentar nas cidades, pois não tinham moradia adequada, enfrentavam grandes jornadas de trabalhos, não tinham acesso à saúde.

Nesse sentido o serviço social é o norteador dessas transformações onde o homem se modifica sozinho. Isso se deu devido as classes mais privilegiadas não conseguiram manter as classes menos favorecidas sobre seu controle por muito tempo, pois, os mantinham submissos, dependendo de suas caridades, não podendo se voltar contra os ricos.

A questão social passa a ser tratada como uma relação auxiliar entre o capital e o trabalho inserida na divisão social, entre a burguesia e o proletariado. Isto é, para ajudar as classes mais pobres, tendo como objetivo inserir as pessoas na sociedade e mostrar a eles seus direitos e deveres. Com isso surge os desafios da prática profissional referentes ao serviço social que tem seu significado na sociedade capitalista.

Poder-se-ia afirmar que o Serviço Social, como profissão inscrita na divisão social do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia da classe dominante junto à classe trabalhadora (Iamamoto, 2009, p. 94).

A atuação profissional do assistente social sempre permaneceu sobre os ditames do capitalismo, entretanto as ações do assistente social têm como público-alvo a classe trabalhadora com a finalidade de atender às necessidades básicas destes. O Serviço Social surge para controlar os conflitos engendrados pelo embate capital/trabalho, agindo sempre com a identidade atribuída pelo capitalismo sob o manto da prática por ele determinada (Iamamoto; Martinelli, 2009).

Em 1869 é fundada a sociedade de organização da caridade em Londres, marco para a organização da Assistência Social. Além de levantar a questão da necessidade de haver instituições que forme profissionais para atuar na área da assistência Social. A primeira escola de Serviço Social do mundo surge em Amsterdã, em 1899.

Entretanto na primeira República é pequeno o resultado do número de conquistas conseguidas pelo movimento operário, por meio das suas reivindicações. Na primeira República a resposta do Estado às manifestações e as lutas da classe operária, eram a repressão e a violência, isso para que o capital tenha a paz social propícia, necessária a sua reprodução. Segundo Marilda Villela Iamamoto (2011, p. 42),

A boa sociedade da época, cujo elemento nativo principal se compõe dos setores burgueses ligados a agra-exportação e de seus prolongamentos nos setores médios mais abastados, essencialmente desconhecerá a existência da questão operária. Seu posicionamento natural variará entre a hostilidade e o apoio explícito à repressão policial e ações caridosas e assistencialistas, especialmente após o sufocamento dos movimentos reivindicatórios e nas crises econômicas que lançam grandes massas em situação de extremo pauperismo.

A burguesia, que tem o crescimento do seu lucro na exploração da força de trabalho, vai procurar impedir qualquer inovação que possa constituir-se como entrave, a sua possibilidade de explorar o máximo possível o trabalho excedente.

Os capitalistas argumentam que é necessário disciplinar o tempo livre do proletariado, pois como este não teve acesso à educação, nas horas de folga, estará sujeito aos vícios e coisas erradas. Outra questão com respeito ao empresariado, que vai influenciar no surgimento do Serviço Social, é a prática das políticas assistencialistas utilizadas pelos empresários na empresa. Ainda segundo Marilda Villela Iamamoto (2011, p. 83): “Apesar de sempre aparecerem sob uma aura paternalista e benemerente, constituem-se numa atividade extremamente racionalizada, que busca aliar controle social ao incremento da produtividade e aumentar a taxa de exploração”.

O surgimento do Serviço Social no Brasil foi antecedido por ações assistenciais, representadas pela Associação das Senhoras Brasileiras (1920), no Rio de Janeiro, e da Liga das Senhoras Católicas (1923), em São Paulo, como também, de Ações Sociais da igreja católica ligadas à Confederação Católica (1922), tendo em vista centralizar o apostolado laico para resolver a questão do disciplinamento do tempo do operário (Iamamoto; Carvalho, p. 167).

Conseqüentemente, em 1936, surge no Brasil como profissão, a primeira Escola de Serviço Social no país, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS). Este Centro teve influências da Bélgica e da França, repercutindo até aproximadamente o ano de 1939, com cunho conservador. O CEAS era mantido com mensalidades das sócias e tinha como

objetivos, a difusão da doutrina e ação social da igreja (Yasbek, 2009, p. 143).

## ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO BRASIL E SUAS QUESTÕES NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Serviço Social, no Brasil passou a existir no Brasil como profissão na divisão social e técnica do trabalho, no período do capitalismo monopolista (1930-1970), conectado à manifestação da questão social, para mediar as relações sociais entre a burguesia e o proletariado e constituiu-se para servir aos interesses do capital. Ao mesmo tempo em que servia ao capital, sua atuação também respondia as necessidades da classe trabalhadora.

Segundo Yamamoto e Carvalho, é no capitalismo financeiro que surge a necessidade de um profissional que compreenda as contradições entre proletariado e burguesia, tendo em vista as desigualdades existentes. Como também:

O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social (Yamamoto; Carvalho, 2009, p. 77).

Desse modo, enquanto profissão socialmente apontada pelo movimento da realidade social, o Serviço Social é atravessado por interesses qualificados, que se ampliam por meio de lutas e disputas políticas e ideológicas entre classes sociais; nessa perspectiva, favorece os interesses da classe dominante que detém a hegemonia (Barroco, 2005).

O Serviço Social participa tanto do processo de reprodução dos interesses de preservação do capital, quanto das respostas às necessidades de sobrevivência dos que vivem do trabalho (Yasbek, 2009, p. 128). Assim sendo, o contexto e o momento histórico em que está inserido também determinam tendências éticas e históricas na profissão.

Na década de 1960, surgiu a necessidade de rever as práticas profissionais conservadoras atreladas à sociedade burguesa ganhando mais força no período da redemocratização do país. Foi a partir da década de 80 a 90, num contexto de

efervescência de movimentos sociais e lutas por direitos sociais, se desenhou as bases para o novo projeto profissional, denominado projeto ético-político. Fazem partes desse processo importantes encontros que se propuseram a estudar a teorização e metodologia do Serviço Social e explicitaram o projeto em disputa e os valores que orientam o debate profissional materializado nos documentos do projeto ético-político sendo concluído e assinado Assim, o Projeto Ético-Político do Serviço Social tem como princípios e compromissos:

[...] o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a *liberdade* concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais (Netto, 1999, p. 15-16).

Paralelamente a esses encontros, destaca-se o amadurecimento profissional dos assistentes sociais, a partir dos anos de 1980, com o surgimento dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrados e doutorados. É nos espaços da pós-graduação —[...] que se consolida a produção de conhecimentos a partir da área do Serviço Social—então o corpo profissional começou a operar sua acumulação teórica (Netto, 2006, p. 151).

Diante disso, os anos 80 é entendido como de maioria dos acadêmicos de assistentes sociais, representado pelo crescimento do mercado editorial e por inúmeras produções acadêmicas, que possibilitaram o debate e a interlocução teórica com outras áreas. Ademais, a categoria passou a ser reconhecida como pesquisadora e admitida nas agências de fomento (Iamamoto, 2001).

[...] a divisão social e técnica do trabalho determina a vinculação de indivíduos em órbitas profissionais específicas, tão logo o trabalho assume um caráter social, executado na sociedade e através dela [...] passa a constituir uma particularidade do trabalho social (Iamamoto; Carvalho, 1983, p. 16).

O projeto ético-político da profissão de assistente social é explicitado em documentos como: Lei de Regulamentação da Profissão (lei nº. 8662/93); Documento Abepss (Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social), que orienta a formação profissional; Documento CFESS (2002), sobre atribuições prerrogativas e competências do assistente social; Código de Ética Profissional (CFESS 273/93), que norteia o exercício profissional.

Assumir esses princípios é inserir-se no [...] campo de luta ética-política e teórica-

prática contra aqueles processos que fundam relações de desigualdade, exclusão e alienação, na sociedade brasileira (Cardoso, 2013, p. 41). Portanto, constroem-se uma clara oposição do Serviço Social ao projeto de sociedade contemporâneo marcado por inúmeras mudanças, decorrentes dos avanços tecnológicos e da globalização, que acirram desigualdades sociais e desprotegem a classe trabalhadora.

Nesse sentido, na prática profissional o assistente social, adquire atitude social e desempenha atribuições e capacidades profissionais, que são prerrogativas e garantem sua especialidade visto que atua sobre questões que dizem respeito à sobrevivência social e material da maior parte da população (Iamamoto, 2007).

O assistência social trabalha com diversas questões sociais, que se propagam pelas diferenças econômicas, políticas e culturais, intercedidas pelas diferenças de gênero, etnia, raça e formações regionais, colocando em causa vários segmentos da sociedade civil no acesso a bens e serviços. Atuam no conflito das classes sociais entre a desigualdade, rebeldia e resistência instigado de interesses distintos e contraditórios, que tecem a vida em sociedade, os quais se expressam na vida dos indivíduos no trabalho, na família, na luta pela moradia e pela terra, na saúde, na assistência a partir das políticas sociais e das formas de organização da sociedade na luta por direitos (Iamamoto, 2007).

Em meio as atribuições, competências, funções dos profissionais de serviço social no âmbito da Previdência Social, a fim readequar a estrutura existente às demandas atuais garantidas por lei, merecem destaque:

[...] assessorias consultorias e supervisão técnica; mobilização social e práticas educativas; instruções sociais de processos, sentenças e decisões; formulação do projeto de trabalho profissional e pesquisa; magistério, direção e supervisão acadêmica (Iamamoto, 2007, p. 220).

No entanto, essas atribuições vêm sofrendo mudanças na sociedade atual, e são resultantes das qualificações profissionais nos diversos ambientes ocupacionais.

Portanto o trabalho realizado pelos assistentes sociais deve ser observado por meio de suas particularidades; no modo como os profissionais analisam as contradições constitutivas da realidade social e efetivam suas atividades. Assim, a este profissional “[...] remete à compreensão do espaço institucional, enquanto expressão da contradições sociais, [...]” (Silva; Silva, 2002, p. 190), bem como as implicações destas contradições nas condições objetivas de vida dos usuários que buscam no trabalho deste profissional

as respostas às suas necessidades.

Os profissionais reconhecem que o Serviço Social vem ganhando visibilidade e qualidade analítica quando se concretiza a partir de uma articulação de saberes que lhe garantem consistência argumentativa. Isso favorece a reprodução das atividades determinadas pela organização que contrata seus serviços.

Levar em consideração os conhecimentos já existentes, associados a análise da realidade, favorece não somente a identificação de demandas de atendimento mas também a construção de respostas interventivas de caráter crítico e analítica. Por esse caminho, a intervenção ganha em conteúdo, consistência e visibilidade, porquanto demanda do profissional conhecimento sócio- histórico, das tendências teórico-metodológicas, dos componentes éticos e políticos e das condições objetivas de vida do usuário.

Como profissional assalariado, o assistente social convive com questões relacionadas ao campo ocupacional que interferem diretamente no trabalho desenvolvido. Destacam-se aquelas relacionadas à explicitação entre os objetivos das organizações e os objetivos do Serviço Social, uma vez que há uma tendência entre parcela dos profissionais em assumir os objetivos da organização na qual prestam serviços como os da profissão. Como citado por Silva: “[...] quanto mais frágeis o conhecimento e a consistência dos objetivos profissionais justificadores de suas ações, mais as concepções e demandas dos agentes privilegiados são assumidas como a verdade profissional” (Silva, 2002, p. 55).

Outra questão a destacar relaciona-se ao reconhecimento do exercício profissional no momento do atendimento aos usuários. É comum observar que o assistente social privilegia as ações de análise e intervenção, buscando conhecer as condições de vida do usuário, a identificação de suas necessidades, demandas e potencialidades. Nessa perspectiva, o usuário é identificado como ser sujeito, que apresenta.

Mais um aspecto fundamental para o reconhecimento do exercício profissional do assistente social é identificar as condições objetivas onde este trabalho é realizado; ao mesmo tempo em que é necessário entender o porquê do Serviço Social ser considerado uma profissão que colabora para dar vida e visibilidade às organizações onde os profissionais executam suas ações. Assim observado:

[...] as condições que peculiarizam o exercício profissional são uma concretização da dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade, em determinadas conjunturas históricas [...] a atuação do assistente social é necessariamente polarizada pelos interesses de tais classes, tendendo a ser cooptada por aqueles que têm uma posição dominante (Iamamoto; Carvalho, 1983, p. 75).

É compreensível o quanto essas relações estabelecidas no cotidiano profissional bem como o conhecimento associado a elas colaboram para o estabelecimento de uma cultura profissional, ora associada ao consenso, a minimização dos conflitos, ora associada à defesa de um projeto societário em consonância ao projeto ético-político. A cultura profissional revela hoje as contradições experienciadas pelos assistentes sociais no seu cotidiano profissional, o que reflete a luta pela hegemonia da direção que se quer para o Serviço Social na contemporaneidade das políticas públicas (Dal Ross, 2008).

Em diferentes contextos institucionais, o trabalho realizado pelo assistente social se apóia numa base comum que dá suporte à formação e ao exercício profissional. Contudo, este acionamento, apesar da capacidade de escolha de cada sujeito profissional, não ocorre das determinações que incidem sobre o trabalho nos serviços e, particularmente, no âmbito das políticas públicas.

As dinâmicas do mundo do trabalho, é que determinam as ações profissionais pelas do Estado e da sociedade civil que impactam sob as configurações de regulação do mercado de trabalho profissional, já que o Estado, além de ser seu maior empregador, tem uma função destacada nos processos de formulação e operacionalização das políticas públicas. Como expressão das estratégias de enfrentamento da questão social e dos mecanismos institucionais que asseguram os direitos sociais conquistados a partir das disputas societárias, as políticas públicas encerram condições socioinstitucionais, nas quais o trabalho do assistente social se efetiva, que dependem da dinâmica entre o Estado e a sociedade civil quanto às suas formulações e alcance (Almeida; Alencar, 2011).

As mudanças no mundo do trabalho, em particular a partir da crise estrutural do próprio capital e das alternativas que são formuladas sob a hegemonia da burguesia financeira, dependem da capacidade de intervenção do Estado na sustentação dos mecanismos de regulação social necessários ao processo de acumulação (Almeida; Alencar, 2011, p. 49).

Essas mediações são fundamentais para a compreensão dos traços universais que particularizam o campo das políticas públicas e, conseqüentemente, os processos socioinstitucionais que irão demarcar as condições nas quais se organizam os processos

de trabalho coletivos nas diferentes políticas setoriais e neles o trabalho do assistente social. As atividades profissionais são compreendidas, neste sentido, como respostas construídas historicamente a partir da combinação destas determinações externas com o acúmulo teórico e metodológico da profissão mediados pela maior ou menor autonomia técnica do assistente social e pela capacidade de traçar respostas coletivas de suas entidades profissionais.

Os fenômenos que abarcam o trabalho assalariado na sociedade capitalista incidem sobre o trabalho do assistente social não de forma direta, observada a sua particularidade no âmbito das políticas públicas. Assim sendo, a inserção concreta nos diferentes tipos de estabelecimentos nos quais atua é também uma mediação fundamental para a apreensão de como tais fenômenos refletem no trabalho profissional tensões e possibilidades na condução de suas competências e atribuições (Almeida; Alencar, 2011).

Por conseqüente, o assistente social atua na prestação de serviços sociais nas áreas de saúde, assistência social, educação, segurança e outros e pode contribuir com outros protagonistas na criação de uma contra-hegemonia no cenário da vida social, buscando caminhos para garantia de direitos. Trabalhando na criação de consensos em torno das lutas e interesses das classes subalternizadas, fortalece os canais de participação dos usuários na gestão e no controle social da prestação de serviços ou contribuindo no reforço da hegemonia vigente (Iamamoto, 2007).

## CONCLUSÃO

Ao concluir este artigo, observou-se os principais desafios dos assistentes sociais como também as várias possibilidades de compreender como o exercício profissional do assistente social tem sido de luta por ser uma profissão que, a serviço do capital ajuda o proletariado a sobreviver na sociedade capitalista, onde o acúmulo do capital, a exploração da força de trabalho e as reivindicações dos trabalhadores, são determinadas pelo capitalismo contemporâneo

Importante ressaltar que os acontecimentos que envolvem o trabalho assalariado na sociedade capitalista incidem sobre o trabalho do assistente social. Porém as dinâmicas do mundo do trabalho é que determinam as ações profissionais pelas do Estado e da sociedade civil de regulação do mercado de trabalho profissional, já que o Estado,

além de ser seu maior empregador, tem uma função destacada nos processos de formulação e operacionalização das políticas públicas

Desse modo, observou-se que não é possível entender o exercício profissional fora da lógica do assalariamento; da relação estabelecida entre o profissional e os usuários; da necessidade de planejar as ações desenvolvidas nos campos ocupacionais, incluindo aí a escolha dos instrumentos técnico-operativos, o necessário posicionamento ético frente complexidade das questões sociais e dos entraves entre as determinações presentes no estatuto legal das políticas sociais e a gestão das políticas.

Ante esta reflexão, pode-se afirmar a importância de estudos acerca do processo de definição do Serviço Social, suas atribuições, contribuições à sociedade atual, visto que as transformações políticas, sociais, econômicas na contemporâneas exigem renovação e redefinições ao Serviço Social.

Conclui-se, portanto que diante dessas perspectivas, torna-se importante refletir sobre a identidade do profissional do Serviço Social, considerando sua bagagem histórica, e sua capacidade de renovação perante as exigências que transcorrem sua obrigação ética, sua autonomia relativa, suas necessidades, valores e aspirações pessoais; suas limitações diante das contradições do espaço onde atua sua construção de conhecimentos, enfim, decifrar sua própria identidade.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N. L. T. **Considerações iniciais para o exame do processo de trabalho do Serviço Social**. Em Pauta. Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, n. 6, pp. 10-29, 1995.

ALMEIDA, N. L. T. **Processos de trabalho e Serviço Social**. Em Pauta, Rio de Janeiro, FSS/UERJ, n. 15, pp. 87-93, 1999. ALMEIDA, N. L. T. e ALENCAR, M.M.T. **Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARBOSA, R. N, ALMEIDA, N. L. T. e CARDOSO, F. **A categoria processo de trabalho e o trabalho do assistente social**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, Cortez, n. 58, pp. 109-130, 1998.

BARBOSA, R. N, ALMEIDA, N. L. T. e CARDOSO, F. **Gestão: Planejamento e Administração**. Temporalis, Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Porto Alegre, ano 4, n.8, p. 51- 76, jul/dez. de 2004.

BARROCO, M. LUCIA S. **Ética, pesquisa e Serviço Social**. *Revista Temporalis*: 09. associação Brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Brasília, Ano

V, 2005.

BATTINI, Odária. **Atitude investigativa e prática profissional**. In: A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, 2009, p. 53 - 77.

CARDOSO, P. F. G. **Ética e Projetos Profissionais: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CÓDIGO DE ÉTICA DO ASSISTENTE SOCIAL. Lei no. 8.662/93: **da regulamentação da profissão**. 3.ed. Brasília:CFESS, 1997.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social**. Série Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais (1). Brasília: CFESS, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho: a intensificação do labor na sociedade contemporânea**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é serviço social**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992. GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 34. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1983.

IAMAMOTO, M. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social**. In: CFESS; ABPESS. *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. CFESS/ABPESS, Brasília: 2009

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 20ª ed. São Paulo, Cortez, 2007

MARA YÁSKARA APUD ANA CAROLINA CASTELLI. **Metodologia para construção de materiais didáticos na EAD: do plano de ensino ao roteiro de tutoria**. 2008. 8 f. Artigo Científico. Classe: Experiência Inovadora. Setor: Educação Universitária. 2008. Disponível em:

<<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/1152008220039.pdf>>. Acesso em 28 setembro de 2017.

NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto ético-político profissional frente à crise contemporânea**. In: Capacitação em Serviço Social e políticas sociais. 6 Módulo I: Crise contemporânea, “questão social” e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

NETTO, José P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez,

2006.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (coord.). **O Serviço Social e o popular: resgate teóricometodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed., São Paulo: Cortez, 2002.

TAFNER, Elisabeth Penzlin et al. **Produção de Materiais Autoinstrutivos para a Educação a Distância**. Indaial: Grupo UNIASSELVI,2010.

YAZBEK, Maria C. **Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social**, In: CFESS; ABEPSS. *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: abril de 2026.